

O CAMPO DA
**ECONOMIA
FEMINISTA**
NO BRASIL HOJE



O campo da Economia Feminista no Brasil hoje ¹

A proposta de realizar um mapeamento sobre o campo da **Economia Feminista no Brasil** parte da percepção de que esse debate têm ganhado visibilidade dentro e fora das universidades. Assim, o esforço de levantar o estado da arte deste campo, isto é, identificar o perfil das publicações, das autoras e das referências que elas mobilizam, contribui para entender a circulação e evolução do debate, identificar as tendências e lacunas, fomentar novas perguntas e caminhos de análise e apoiar a formação de redes de produção intelectual e política.

Para isso, realizamos um levantamento bibliográfico em publicações sobre economia feminista feitas nas universidades e por iniciativa de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais. Este levantamento partiu de uma sistematização realizada pela Rede Brasileira de Economia Feminista (REBEF), com a proposta de expandir as buscas para outras áreas do conhecimento e para publicações realizadas fora do circuito acadêmico.

A pesquisa foi realizada nos portais *Scielo* e *Google Scholar*, além de sites institucionais de organizações da sociedade civil, movimentos sociais, redes e coletivos que atuam neste campo. Nos portais acadêmicos, as buscas tiveram como referência os descritores “*economia feminista*”; “*cuidado*”; “*economia*” e/ou “*gênero*”, “*feminismo*”, “*mulher*”.

Foram levantados **70 textos**, que não esgotam as publicações do campo mas formam um conjunto que nos permite identificar algumas tendências, lacunas e caminhos possíveis. Destas publicações, organizamos as informações sobre autoria das publicações, filiação e área de especialização; o tipo, local e ano das publicações; as principais referências bibliográficas e temas abordados. Foram reunidos textos publicados em dossiês especiais, artigos em revistas científicas, textos para discussão, relatórios técnicos, livros, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

A análise dos dados sistematizados apresentada a seguir busca traçar possíveis diálogos, conexões, convergências, tensões e lacunas no campo da economia feminista. Ela está dividida em três partes mais considerações finais. Na primeira, apresentamos o campo da economia feminista como uma disputa dentro da disciplina

¹ Sistematização feita por Beatriz Schwenck a partir de dados levantados pela equipe do projeto “Formação, construção de conhecimentos e organização de mulheres em economia feminista, trabalho e cuidados”, realizado pela SOF Sempre Viva Organização Feminista com apoio do Ministério das Mulheres do governo federal do Brasil pelo fomento nº 954083/2023.

das ciências econômicas e como repertório para a elaboração de análises multidisciplinares e práticas políticas, sobretudo por parte de movimentos sociais. Na segunda parte, buscamos sistematizar alguns aspectos das publicações, como o perfil das autoras e filiações, as áreas de conhecimento onde se concentram para além da sociologia, e as interações entre publicações acadêmicas e das realizadas por organizações da sociedade civil. Na terceira parte, trazemos um balanço dos temas abordados dentro do campo da economia feminista, tentando organizar de forma cronológica a evolução dos debates.

Campos em disputa: da disciplina da economia à prática política

O processo de consolidação da economia feminista como um campo de estudos e práxis vem ganhando espaço dentro e fora das universidades, e com isso se multiplicam abordagens distintas e difusas. Como forma de organizar nossa mirada para este campo, provocadas pela publicação de Amaia Pérez Orozco (2005) que propõe uma análise crítica do campo, refinamos nosso olhar a partir de uma classificação que permite organizar e reconhecer distintas abordagens, suas aproximações e distanciamentos. Trata-se de uma tripla classificação que agrupa diferentes perspectivas: a **economia de gênero**, a **economia feminista de conciliação** e a **economia feminista de ruptura**.

A *economia de gênero* caracteriza-se pela busca de inclusão das mulheres como sujeito e objeto de estudo da economia, sem no entanto questionar os discursos e epistemologias da disciplina econômica. Em contrapartida, a *economia feminista* se baseia no questionamento fundamental e incontornável à essas estruturas teóricas e epistemológicas androcêntricas. Nesta vertente, distinguem-se as correntes que buscam conciliação dos paradigmas androcêntricos preexistentes com modificações orientadas por uma perspectiva feminista; ou a ruptura profunda que demanda uma renovação dos conceitos, métodos e epistemologias.

Para além de usar tipologia como uma classificação objetiva do levantamento realizado com publicações brasileiras, a reflexão de Amaia Pérez Orozco nos é valiosa por apontar que não necessariamente estudos sobre a dimensão econômica da vida das mulheres ou sobre a participação delas no mercado de trabalho, ainda que denunciando as diferentes formas de segregação, diferenciação e desigualdade, necessariamente se projetam como uma disputa de formas de construir o conhecimento econômico. E também não necessariamente um texto escrito e publicado por uma

economista que se considera feminista incorpora esses questionamentos sobre conceitos, métodos e fundamentos epistemológicos. Reconhecer essas diferentes formas de pensar a intersecção de feminismo e a economia ajuda a dar a devida complexidade para o campo, incluindo o reconhecimento das lacunas e das dificuldades de avanço de teorias mais radicais em relação ao pensamento econômico tradicional.

Uma referência valiosa para compreender a disputa feminista dentro das ciências econômicas no Brasil é o artigo “A presença da Economia Feminista na Ciência Econômica brasileira: avaliação da produção acadêmica na área entre 1990 e 2015” de Liana Bohn e Eva Yamila Amanda da Silva Catel (2023), duas economistas vinculadas à Universidade Federal de Santa Catarina, publicado na Revista Economia e Sociedade. Neste texto, elas apresentam uma avaliação de periódicos bem avaliados pela CAPES² na área da economia; mostrando como o debate passa da invisibilização para o reconhecimento (ainda que tímido) do trabalho de reprodução social, sem que contudo fosse considerado na equação das cadeias de valor (reforçando a divisão entre público e privado). Elas identificam a dificuldade de publicações de textos em periódicos do campo da economia, sendo a maior parte dos textos orientada por uma economia de gênero que não questiona as bases androcêntricas característica da economia feminista. Identificam também que uma valiosa contribuição das publicações latino-americanas em relação às teorias europeias é assumir a territorialidade como ponto de partida da produção do conhecimento.

Outro texto que apresenta um bom balanço é “Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros”, de autoria de Brena Paula Magno Fernandez (2018), também economista da Universidade Federal de Santa Catarina, publicado na *Brazilian Journal of Political Economy* - Revista de Economia Política. Este artigo apresenta um mapeamento de propostas teóricas e instrumentos metodológicos disponíveis para identificar as desigualdades de gênero desde a perspectiva econômica, apontando a necessidade de rever os preceitos e conceitos da economia ortodoxa à luz das críticas feministas e do princípio da igualdade de gênero, considerando as esferas produtiva e reprodutiva e as relações existentes entre elas. O texto traz uma revisão bibliográfica de diferentes abordagens da economia feminista: 1) Gênero e economia: aspectos filosóficos e metodológicos; 2) Economia feminista: enfoques, conceitos e propostas teóricas; 3) Gênero e desigualdade de salários; 4) Gênero e segregação/discriminação no mercado de trabalho; 5) Trabalho doméstico não remunerado/não pago/invisível; 6) Gênero, políticas macroeconômicas voltadas para o desenvolvimento e o neoliberalismo; 7)

² Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Economia feminista e suas interseções com outras abordagens heterodoxas. Para cada uma dessas discussões há, no final do artigo, um levantamento bibliográfico (syllabus) das principais referências nacionais e internacionais.

Enquanto questionamento dentro da economia como uma disciplina, vale ainda ressaltar a mais recente publicação da Rede Brasileira de Economia Feminista (REBEF), o livro “Economia feminista no Brasil: contribuições para pensar uma nova sociedade” (2024). Neste livro há uma apresentação que indica a importância e a dificuldade de inserção das epistemologias feministas no universo das ciências econômicas, além de um conjunto de textos que apresentam diferentes abordagens como o trabalho reprodutivo remunerado e não remunerado, envelhecimento populacional, macroeconomia, impostos, entre outros.

Para compreender a complexidade deste campo, no entanto, é preciso reconhecer o deslocamento da economia feminista enquanto uma disputa dentro da área das ciências econômicas para sua incorporação como uma base epistemológica que orienta o pensamento feminista de maneira mais ampla. Como aparece na tese de doutorado de Fabiana Sanchez Grecco, “A economia feminista como um campo de análise e ação: um estudo de suas implicações políticas” (2019), o campo da economia feminista no Brasil tem como referência importante a Rede de Economia Feminista (REF), braço brasileiro da Rede Latino Americana de Mulheres Transformando a Economia (REMTE), um espaço de reflexão constituídos por movimentos sociais e organizações da sociedade civil fora do âmbito das universidades. Uma série de materiais foi produzido no âmbito dessa rede, publicados por organizações da sociedade civil como a SOF-Sempreviva Organização Feminista (São Paulo/SP), o Centro Feminista 8 de Março (CF-8, Mossoró/RN), a Casa da Mulher do Nordeste (Recife/PE), o Centro de Tecnologias Alternativas (CTA, Zona da Mata/MG).

Essas organizações são responsáveis pelas primeiras traduções brasileiras de textos de economistas feministas, dentre as quais destaca-se a edição “Economia Feminista” do Cadernos Sempreviva, organizado por Miriam Nobre e Nalu Faria de 2002, da SOF-Sempreviva Organização Feminista, que traz textos de Diana Strassmann, Julie Mathaei e Harriet Friedman. Na Apresentação desta publicação, as organizadoras registram o esforço de juntar as reflexões das análises sobre o trabalho das mulheres realizadas na academia, por economistas como Lena Lavinhas e Hildete Pereira de Melo, com as discussões da economia feminista que chegava pela REMTE com debates impulsionados por economistas como a economista chilena Cristina Carrasco.

Desde os movimentos sociais e organizações feministas, vemos como a economia feminista pode ser entendida como não apenas como uma proposta de ruptura teórica, como também um repertório de ação política. A tradução e publicação de textos do campo da economia feminista fazia parte de um esforço dessas organizações de promover reflexões a partir do trabalho técnico e de mobilização popular que elas realizavam nos seus territórios de atuação, como aparece registrado na tese de doutorado de Beatriz Schwenck “Mulheres construindo sua autonomia: concepções e práticas feministas em redes de economia solidária no Brasil” (2024).

Um olhar para as publicações que extrapola os circuitos de circulação acadêmica mostra que, para além da ampliação das fronteiras e teorias da economia ortodoxa, a localização do trabalho não remunerado de cuidados como um objeto legitimamente econômico e a organização da sociedade em função da sustentabilidade da vida e não da reprodução do capital são pressupostos que orientam a luta política feminista numa perspectiva mais ampla. Tais publicações mobilizam o repertório da economia feminista na organização de campanhas, iniciativas e ações públicas com objetivo de contribuir para a visibilidade das dinâmicas de desigualdade e para a afirmação das mulheres como atrizes econômicas, protagonistas nas lutas sociais por justiça econômica e de gênero.

Sobre as publicações de economia feminista no Brasil

O levantamento das publicações sobre economia feminista no Brasil mostra que este é um campo cujas publicações são feitas por mulheres, salvo algumas poucas exceções. A maioria das autoras se formou e é filiada a organizações ou instituições localizadas nos estados do Sul e Sudeste brasileiro, com destaque para São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, que também são os estados que concentram as revistas acadêmicas e editoras responsáveis pelas publicações.

Em São Paulo, além da SOF-Sempreviva Organização Feminista, responsável por diversas publicações do tema, há uma concentração das editoras responsáveis pela publicação de livros (Zahar, Gota, Fundação Perseu Abramo), além de importantes universidades como a Unesp, FGV, USP e PUC em que são organizadas diversas revistas da área de economia. Em Campinas, município do estado de São Paulo, destaca-se a atuação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde são produzidas teses e dissertações, sobretudo ligadas ao Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT), além do Cadernos Pagu, um importante periódico

científico de publicações feministas. No Rio de Janeiro destaca-se a atuação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) onde há o Núcleo de Estudos e Pesquisa de Economia e Feminismos (NuEFem) do Instituto de Economia. Em Niterói, destaca-se a linha de pesquisa “Trabalho, Gênero e Raça”, dentro da área de Economia Social e Sustentabilidade da Universidade Federal Fluminense (UFF) e também o periódico Revista Gênero. Em Florianópolis, além da Revista de Estudos Feministas, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) também abriga o Núcleo de Estudos em Economia Feminista (NEEF).

Em termos de tipo de publicação, foram mapeados artigos publicados em revistas científicas, textos para discussão, relatórios técnicos, livros, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Os artigos publicados em revistas acadêmicas passam por um processo de avaliação de pares, sendo um bom ponto de partida para compreender a aceitação ou dificuldade de inserção da economia feminista dentro das grandes áreas do conhecimento. É possível identificar que há uma presença significativa de textos publicados em dossiês especiais, cujo tema das publicações é direcionado desde a chamada de submissão de artigos e normalmente proposto por uma pessoa da área que mobiliza sua rede para contribuir com as publicações. Os textos para discussão são textos destinados a fomentar as discussões dentro de um grupo de pesquisadoras e que não passam por uma revisão anterior, e neste tipo de publicação destacam-se os textos produzidos pelo projeto *Who Cares?* da Rede CUIDDE- Cuidados, direitos e desigualdades do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Os relatórios técnicos são produzidos, normalmente, por agências de pesquisa e não contam com uma circulação necessariamente acadêmica. Dentre eles, no campo da economia feminista destacam-se os produzidos pela equipe do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

No que diz respeito às áreas de publicação dos textos sobre economia feminista, o levantamento realizado dentro da área das ciências econômicas por Liana Bohn e Eva Yamila Amanda da Silva Catel em 2023 mostra a dificuldade de publicação, estando os textos sobre economia feministas nos periódicos menos conceituados pelos padrões nacionais indicados pela CAPES. O presente levantamento, no entanto, buscou expandir a busca para outras áreas do conhecimento. Foram identificados textos publicados por autoras de diversas áreas: administração e ciências contábeis, agronomia, ciência política, demografia, desenvolvimento regional, direito, economia, educação, estatística e matemática, filosofia, história, políticas públicas, serviço social, sociologia e ciências sociais. Embora a identificação e avaliação dos textos tenha buscado as publicações da área da economia feminista, a maioria dos textos ou autoras,

sobretudo aquelas que não são da área específica da economia, não faz referência nominal à economia feminista. O debate aparece nomeado por questões de gênero, teoria política feminista, crítica feminista, economia política, e mesmo estudos do cuidado; mas foram incluídos nesta reflexão por trazerem as noções gerais, metodologias, epistemologias e referências bibliográficas do campo da economia feminista.

Os textos da área da economia tendem a abordar de forma mais central um diálogo sobre as teorias, conceitos e métodos econômicos, e trazem muitas análises de dados estatísticos usando, por exemplo as bases da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na área da sociologia e ciências sociais, onde encontra-se o segundo maior conjunto de textos depois da área da economia em si, o caráter das publicações tende a centrar-se nas experiências de trabalho e nos estudos do cuidado, e tendem trazer uma discussões qualitativas.

O conjunto de textos publicados por organizações da sociedade civil e movimentos feministas tendem a não ser organizados ou assinados por mulheres economistas, senão por mulheres com formações acadêmicas distintas (serviço social, história, agronomia, etc), que atuam com o trabalho técnico junto à trabalhadoras e com a mobilização do movimento feminista brasileiro. Isso traz outro caráter para o conteúdo das publicações, que para além de apresentar o questionamento sobre fundamentos do conhecimento econômico, mobilizam um repertório de ações concretas da atuação junto às mulheres trabalhadoras e aos movimentos sociais de base, trazendo relatos de ações ancoradas territorialmente, que servem de corpo para engrossar as reflexões conceituais (como por exemplo a construção de cisternas no Rio Grande do Norte, a aplicação de cadernetas agroecológicas na Zona da Mata Mineira, ou a história e forma de atuação de redes feministas da economia solidária e da agroecologia em São Paulo).

De maneira geral, pode-se perceber que há uma circulação de intelectuais e militantes por estes diferentes espaços de produção intelectual da economia feminista, influenciando temas, correntes de análise e referências bibliográficas. Isso fica evidente na participação de pesquisadoras acadêmicas nas equipes das organizações da sociedade civil e em movimentos sociais e vice-versa; na realização de projetos de pesquisa que integram professoras universitárias e pesquisadoras de agências de pesquisa como o IPEA e o DIEESE; na existência de redes como a REF-Rede de Economia e Feminismo, que atuou ao longo dos anos 2000 animada pela SOF, ou a REBEF-Rede Brasileira de Economia Feminista (REBEF) fundada em 2019 no

Congresso da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (ANGE).

No caso das publicações realizadas por organizações da sociedade civil e movimentos sociais, além de terem um caráter concreto e territorial bastante significativo, elas mobilizam em suas referências bibliográficas diversos tipos de produções, incluindo de outras organizações e textos acadêmicos, sendo muitas das referências traduzidas e publicadas pelas próprias organizações. As publicações acadêmicas, por sua vez, não mobilizam nas referências bibliográficas os textos escritos e publicados pelas organizações da sociedade civil e movimentos sociais a não ser que tenham sido publicados em periódicos acadêmicos, salvo algumas exceções de integrantes dessas organizações que atuam nas universidades. Mesmo as autoras estrangeiras que foram traduzidas e publicadas pelas organizações da sociedade civil, como Cristina Carrasco traduzida e publicada de forma inédita no Brasil pela SOF, quando aparecem como referência de textos acadêmicos tendem a aparecer na língua de publicação original e não referenciando a versão da SOF, por exemplo.

Temas

A partir do levantamento de um conjunto de textos sobre economia feminista, a proposta aqui é mapear os temas das publicações e como a evolução dos debates influencia o conteúdo, tipo e referências bibliográficas das publicações.

De maneira geral, podemos indicar o início da consolidação deste campo a partir do início dos anos 2000, ainda que tivéssemos a presença de algumas poucas mulheres tentando movimentar os debates no contexto acadêmico nas décadas anteriores, de 1970, 1980 e 1990. Essa história foi registrada por Hildete Pereira de Melo no texto “Olha lá! A economia feminista no Brasil: vozes e ações nos anos 1970/1980”³, situando no contexto político e social brasileiro a estruturação do movimento feminista e as iniciativas de reflexão sobre o lugar e a condição das mulheres nas ciências econômicas.

No âmbito da academia, produções mobilizaram o tema das mulheres no mercado de trabalho e analisavam o papel e lugar das mulheres e da reprodução social dentro das grandes correntes do pensamento econômico. Os temas que vinham sendo mobilizados pelas poucas feministas inseridas nos circuitos de reflexão econômica das

³ Capítulo do livro “Economia feminista no Brasil: contribuições para pensar uma nova sociedade” organizado pela Rede Brasileira de Economia Feminista em 2024.

universidades refletiam sobre a separação das esferas **pública e privada**; a divisão dos trabalhos de **produção e reprodução**; reivindicando as mulheres como um sujeito econômico e desta maneira denunciando **desigualdades na classe trabalhadora**; e provocando reflexões sobre o **gênero como uma categoria de análise**.

O movimento de mulheres nas universidades encontra o esforço das militantes feministas organizadas nos movimentos sociais para a realização de debates e seminários. Tais encontros deram origem a primeira publicação pela SOF, naquela edição Economia Feminista do Cadernos Sempre Viva (2002). Nesta publicação, o texto de Apresentação resgata a inexistência de publicações sobre o tema no Brasil naquele momento, e situa os textos reunidos no livro como fruto de reflexões realizadas em seminários e eventos organizados pela SOF no final dos anos 1990 e primeiros anos da década de 2000.

Na segunda metade dos anos 2000, aumenta a produção de artigos em revistas acadêmicas e a publicação de trabalhos de conclusão de curso (graduação, mestrado, doutorado). No geral, essas publicações seguem refletindo as **desigualdades no mercado de trabalho** (segregação, discriminação, desemprego, ocupação, diferença salarial), e passam a abordar de maneira contundente a **divisão sexual do trabalho** e a **invisibilidade do trabalho doméstico**, propondo diferentes abordagens para responder as demandas pela visibilização deste trabalho, como pesquisas sobre os **usos do tempo** e diferentes estratégias de **mensuração do valor do trabalho doméstico** em relação ao PIB e às contas públicas brasileiras. Essas pesquisas apoiavam-se sobre os dados produzidos em escala nacional, como a PNAD, e também propunham inflexões nas epistemologias e sobretudo nas metodologias adotadas no campo das ciências econômicas.

Por parte das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais, continuaram com o papel fundamental de traduzir textos sobre economia feminista e de questioná-los a partir da realidade das mulheres rurais, das políticas públicas ou da organização de mulheres no movimento de economia solidária.

A partir dos anos 2010 cresce o número de publicações, destacam-se dois movimentos importantes no campo da economia feminista: a incorporação do debate que articula as dimensões de gênero, classe e raça, e a estruturação do debate sobre cuidados. Sobre o primeiro ponto, ainda que alguns textos anteriores trouxesse a necessidade de combinar análises de gênero, raça e classe, é a partir dos anos 2010 que essa dimensão passa a aparecer na maioria das publicações ora com o termo interseccionalidade, ora consubstancialidade; assentando-se em referências como Kimberle Crenshaw, Angela Davis, Lélia Gonzalez. O artigo “Gênero, classe e raça:

Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais” de Helena Hirata (2014) ajuda a entender o conteúdo desse debate e situá-lo nos estudos sobre cuidado, apresentando de maneira situada as diferentes formas de compreender e incluir nas análises as múltiplas e imbricadas dimensões de discriminação de classe, raça e gênero. Helena Hirata mostra como as origens e evolução desses conceitos têm, apesar das divergências tóricas e políticas, em comum o fato de carregarem a proposta de não hierarquização das formas de opressão.

No Brasil, os estudos do **cuidado** ganham espaço no campo da sociologia do trabalho com um importante eixo de inflexão feminista, onde o repertório da economia feminista contribui para elaboração das conexões, sobreposições e relações entre público e privado; família e mercado; produção e reprodução. Um bom balanço dos estudos do cuidado está registrado no livro “O gênero do cuidado”, de Helena Hirata e Nadya Araújo Guimarães (2020), sociólogas vinculadas à Universidade de São Paulo (USP). O livro apresenta um balanço das teorias do *care* no mundo Anglo-Saxão, na França e na América Latina, a perspectiva dos circuitos do cuidado, as dimensões remunerada e não remunerada do trabalho cuidado, análises sob perspectiva internacional e um debate sobre crises e cuidado.

Diferente de outras áreas da economia feminista que se apoiam muito em referência norte-americanas e europeias, as publicações orientadas para os estudos do cuidado destacam-se pela mobilização de um repertório latino-americano de reflexão, tendo entre as referências mais citadas Amaia Perez Orozco, Valeria Esquivel e Corina Rodríguez Enriquez.

A segunda metade dos anos 2010 é marcada por novos temas que ganham espaço no campo da economia feminista: a agroecologia, a economia solidária e o debate sobre envelhecimento populacional. Sobre a intersecção da economia feminista com a **agroecologia** e com a **economia solidária**, destacam-se as publicações das organizações da sociedade civil e movimentos sociais, que acompanham o processo de estruturação dos movimentos sociais e contribuem com reflexões que são teóricas ao mesmo tempo que elaboram estratégias de ação política.

Assim como apresenta Amaia Perez Orozco no artigo “Espaços econômicos de subversão feminista” (2018), economia solidária e agroecologia aparecem como respostas concretas que nos ajudam a ancorar o debate da econômica feminista em práticas cotidianas. Nos textos publicados sobre economia solidária, a intersecção com a economia feminista ajudam avançar no debate sobre os conflitos do sistema capitalista e suas formas de opressão à classe trabalhadora, acrescentando a dimensão de gênero e raça e propondo bases mais radicais de elaboração de outras análises e práticas

econômicas, baseadas numa pluralidade de princípios que fogem ao mercado e à busca de lucro. Nos debates sobre agroecologia, além da dimensão da economia solidária para pensar a construção social dos mercados, as publicações avançam nas diferentes perspectivas de construção de outras relações entre as pessoas e com a natureza, aprofundando as críticas ao modelo de desenvolvimento capitalista e à mercantilização das mulheres, seus corpos e territórios.

A circulação de pesquisadoras vinculadas às organizações da sociedade civil e de militantes do movimento feminista nas universidades contribui para o fortalecimento das pesquisas sobre agroecologia e economia solidária (e conseqüentes publicações) as aproximando do campo da economia feminista, possibilitando um cruzamento de referências bibliográficas e de experiências concretas que se relacionam de forma dialética com as elaborações teóricas, aportando elementos das experiências territorializadas, das políticas públicas e de grupos auto-organizados de mulheres trabalhadoras.

No seio das reflexões assentadas na agroecologia, o tema ambiental, da exploração dos bens naturais e o impacto na vida das mulheres, ganha cada vez mais espaço. Destacam-se as publicações das organizações da sociedade civil que atuam com Assistência Técnica Rural (ATER) mobilizando o trabalho nos territórios com o debate sobre economia feminista e cuidados, como os da SOF Sempre Viva Organização Feminista, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira e o Centro Feminista 8 de março do Rio Grande do Norte); além de esforços de cooperação internacional de pesquisa, como o projeto de pesquisa GENgiBRe “Relação com a natureza e igualdade de gênero: uma contribuição à teoria crítica a partir de práticas e mobilizações feministas na agroecologia no Brasil”, realizado por organizações da sociedade civil, universidades brasileiras e francesas.

Na intersecção da economia feminista com o debate sobre agroecologia e a organização das mulheres nos territórios, destaca-se o livro “Cultivar a vida em movimento: experiências de economia feminista na América Latina”, organizado por Miriam Nobre, Nalu Faria, Tica Moreno, da SOF Sempre Viva Organização Feminista (2020), que apresenta um diálogo sobre diferentes experiências latino-americanas, registradas a partir de atividades desenvolvidas por organizações da sociedade civil e movimento sociais. Outro material que merece destaque é o livro “Mulheres amazônicas: ecofeminismo, mineração e economias populares” (2020), organizado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos, que foge do eixo sul-sudeste apresentando reflexões sobre a Amazônia. Apesar de não lançar mão especificamente de referências da economia feminista, essa publicação aporta reflexões sobre o papel das mulheres e

os desafios do cuidado e de organização comunitária e territorial, compartilhando uma epistemologia de questionamento de estruturas androcêntricas e apresentado diálogo com muitas referências latino-americanas.

Voltando aos temas identificados no campo das publicações de economia feminista no Brasil, o debate sobre **envelhecimento populacional**, que aparece sobretudo nas publicações acadêmicas, reflete sobre os desafios da mudança etária da população brasileira em termos de reorganização dos trabalhos de cuidado, da estrutura do mercado de trabalho e de políticas públicas.

A partir de 2020, o tema da **pandemia** de covid-19 ganha força dentro das publicações sobre economia feminista e cuidados, que procuram elaborar os impactos da pandemia para a vida das mulheres e para as teorias econômicas e agendas políticas feministas, elaborando novas formas de visibilidade e de sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados sob responsabilidade das mulheres, a partir da exacerbação da crise de cuidados combinada com outras dimensões de crise que naquele momento ficaram evidentes como as dimensões sanitárias, econômicas, políticas e ambientais.

Por fim, temos a emergência de uma outra vertente de análises e cruzamentos teóricos relacionados à **Teoria da Reprodução Social** (TRS). Neste eixo, destacam as referências Tithi Bhattacharya, Cinzia Arruzza e Susan Ferguson. O artigo “Trabalhos domésticos e de cuidados sob a ótica da Teoria da Reprodução Social” (2018) de Fabiana Sanchez Grecco, traz um panorama dessa discussão, mostrando como as abordagens de cunho marxistas compreendem que os trabalhos domésticos e de cuidados, assim como a produção de mercadorias, constituem parte do processo de regeneração do capital e desta maneira são situadas como dimensões da disputa capital/trabalho. Este campo vem aos poucos ganhando mais destaque a partir da tradução das autoras da teoria da reprodução social.

A teoria da reprodução social e a economia feminista compartilham o objetivo de analisar as estruturas sociais e econômicas a partir de uma perspectiva crítica das relações de gênero e do trabalho de reprodução social desempenhado majoritariamente por mulheres. A economia feminista, no entanto, parece aportar uma abordagem mais ampla sobre a reprodução da vida, incorporando reflexões sobre a vida não humana, os bens naturais; enquanto a TRS foca na reprodução social da força de trabalho, centrando suas análises numa crítica capitalista a partir da teoria marxista. As convergências e contradições entre os campos da economia feminista e da teoria da reprodução social merecem especial atenção e devem estar na ordem do dia das próximas publicações.

Considerações finais

A realização deste levantamento mostra uma complexidade do campo da economia feminista, entre temas, autoras, organizações e possibilidades de publicação e mobilização política.

Uma questão em especial que fica evidente é o potencial de expandir o campo da economia feminista para além das ciências econômicas, como uma epistemologia para compreender as desigualdades, formas de organização das mulheres e agendas de mobilização política feminista. Dentro das universidades, algumas experiências vêm sendo criadas neste sentido como grupos de estudo sobre economia feminista dentro das áreas da psicologia, agroecologia, educação, mas ainda têm pouca visibilidade e são experiências das quais quase não se acha sistematização. A própria experiência da REBEF, no campo das ciências econômicas, merece destaque pelo esforço de sistematizar os núcleos de pesquisa sobre o tema e suas publicações. Nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, também são criados redes e grupos de estudo que qualificam o trabalho técnico, a mobilização política, e elaboram novas teorias, questionando os conceitos a partir da realidade dos territórios.

Como forma de guardar o registro dessas iniciativas e compreender quais são, como circulam os debates e referências bibliográficas sobre economia feminista e como elas são traduzidos em estratégias de organização e luta política, um caminho pode ser a elaboração de um dossiê ou publicação que reúna experiências de grupos, redes e coletivos de estudo sobre economia feminista. Dois exemplos de texto com essas sínteses são o artigo “Núcleo de Estudos em Agroecologia e Economia Feminista no IFSP/Matão” de autoria de Alexandra Filipak (2019) reunindo a história e experiência de um grupo de estudos com o tema da economia feminista situado fora do campo da economia; e “Economia feminista em movimento: experiências e desafios teórico-políticos a partir das lutas das mulheres”, de autoria de Renata Moreno (2019) que traz o processo de elaboração teórica e política sobre economia feminista a partir do movimento Marcha Mundial de Mulheres.

A reunião de outros textos como esses, que apresentem como, onde, quando e porque grupos de reflexão e ação com base na economia feminista se formaram, como funcionam, quais são as bases teóricas e como chegam nelas, pode contribuir para o registro do campo da economia feminista no Brasil como um conjunto complexo de teorias e práticas de atuação e para aproximar a universidade e organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Referências bibliográficas

BOHN, L.; CATEL, E. Y. A. DA S.. A presença da Economia Feminista na Ciência Econômica brasileira: avaliação da produção acadêmica na área entre 1990 e 2015. **Economia e Sociedade**, v. 32, n. 3, p. 691–718, set. 2023.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs.). **Economia Feminista**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista (SOF), 2002.

FILIPAK, A.. Núcleo de Estudos em Agroecologia e Economia Feminista no IFSP/Matão. **Cogitare**, v. 2, p. 1-11, 2019.

GRECCO, Fabiana Sanches. **A economia feminista como um campo de análise e ação**: um estudo de suas implicações políticas. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP : [s.n.], 2019.

GRECCO, Fabiana Sanches. Trabalhos domésticos e de cuidados sob a ótica da teoria da reprodução social. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 23, n. 3, p. 70–102, 2018. DOI: 10.5433/2176-6665.2018v23n3p70. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/34318>. Acesso em: 25 fev. 2025.

GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. . **O Gênero do Cuidado**. Desigualdades, Significações e Identidades. 1. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2020. v. 1. 295p .

HIRATA, H.. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61–73, jan. 2014.

MORENO, Renata Faleiros Camargo. Economia feminista em movimento: experiências e desafios teórico-políticos a partir das lutas das mulheres. **Tematicas**, Campinas, SP, v. 26, n. 52, p. 195–226, 2018.

MORENO, R. F. C.; NOBRE, M. (Org.) ; FARIA, N. (Org.) . **Cultivar a vida em movimento**: experiências de economia feminista na América Latina. 1. ed. São Paulo: SOF, 2020. 128p

OLIVEIRA, Tatiana. **Mulheres amazônidas**: ecofeminismo, mineração e economias populares. Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc. 2020.

OROZCO, Amaia Perez. Economía del Género y Economía Feminista: conciliación o ruptura? **Revista Venezolana de Estudios de La Mujer**, Caracas, v.10, n. 24, p.43-64, 2005.

OROZCO, Amaia Perez. Espaços econômicos de subversão feminista. In: CARRASCO, Cristina Bengoa, CORRAL, Carme Díaz. **Economia feminista**: desafios, propostas, alianças. São Paulo: Jandaíra, 2018.

SCHWENCK, Beatriz. **Mulheres construindo sua autonomia**: concepções e práticas feministas em redes de economia solidária no Brasil. 2024. 1 recurso online (353 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Université de Paris Cité, Campinas, SP.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira; OLIVERA, Margarita; VIEIRA, Clarice Menezes (Orgs.). **Economia feminista no Brasil**: contribuições para pensar uma nova sociedade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Autonomia Literária, 2023.